REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.** Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

1) Programa PRÓ-SUS – Parcelamento tributário

Conforme nota explicativa nº 07, no exercício de 2014, a Entidade aderiu ao programa PRÓ-SUS, que entre outros assuntos, instituiu moratória dos tributos federais às entidades sem fins lucrativos, permitindo a remissão dos tributos em atraso conforme pagamento dos tributos federais vincendos. Com isso, a Administração da Entidade, na ocasião, contabilizou como ativo não circulante em contrapartida com o patrimônio líquido, um saldo de R\$49.018.910, relativos ao benefício econômico futuro da moratória e remissão das dívidas tributárias.

Em 05 de julho de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União, a portaria nº 1.010 que deferiu de forma definitiva e em grau de reconsideração, a Adesão ao PRÓ-SUS da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.



Ainda conforme a nota explicativa supracitada, em abril de 2021, a Entidade aderiu à um novo programa de retomada fiscal que promove o parcelamento de dívidas tributarias, com benefícios de desconto de 60% a 70%. Com a adesão ao parcelamento, os valores contabilizados do programa PRÓ-SUS foram estornados, com redução do ativo e patrimônio líquido no montante de R\$49.018.910. A dívida tributária, anteriormente classificada como Tributos Pró-SUS Moratória, foram reclassificados para as linhas de Parcelamentos de tributos – PERT, no passivo circulante e não circulante.

Em consequência à adesão ao programa de parcelamento, a Entidade estornou de seu patrimônio líquido o montante acima, resultando em aumento expressivo de seu patrimônio líquido a descoberto, passando de R\$66.667.260 em 2020 para R\$155.529.396.

2) Investimento em Outra Sociedade

A Entidade aportou, até o final deste exercício, o montante de R\$26.000.000 na Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência a fim de contribuir para cumprimento da obrigação regulatória da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS e Lei 9.656/98 no que tange a constituição da margem de solvência.

Conforme mencionado na Nota explicativa n.º 9, o estatuto social da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência no seu art. 42 determina que a referida entidade não distribuirá resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

A administração da Entidade está avaliando as alternativas para a realização do investimento. A realização deste investimento dependerá exclusivamente da reversão deste aporte e devolução dos valores.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressalvarmos nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27. A Entidade reconhece que enfrenta dificuldades financeiras, sucessivos déficits e baixos índices de liquidez. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e não possuem ajustes em caso de descontinuidade.

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria, datado de 15 de abril de 2021, foi emitido sem ressalva e com parágrafo de ênfase referente aos seguintes assuntos: (i) Programa Pró-Sus, (ii) Investimento em outra sociedade, e (iii) Continuidade das operações.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 14 de abril de 2022



Evolução Auditores Independentes S.S. Ltda CVM nº 12.602 CRC 2SP027695/O-7

ALEXANDRE FERRETTI REGINALDO:218 96765840

Assinado de forma digital por ALEXANDRE FERRETTI REGINALDO:21896765840 Dados: 2022.04.14 19:36:55 -03'00'

Alexandre Ferretti Reginaldo Sócio contador CRC 1SP254620/O-0

QUADRO 1

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	nota	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.747.406	6.424.650	Empréstimos e financiamentos	11	27.577.904	20.652.436
Clientes	5	9.504.374	10.090.353	Acordos com fornecedores	12	277.597	1.119.681
Estoques	6	3.400.865	3.670.689	Fornecedores	=	10.810.690	5.719.017
Adiantamentos a fornecedores	-	509.435	235.316	Honorários médicos	=	2.273.117	2.334.541
Impostos a recuperar	-	94.542	38.722	Obrigações sociais	13	7.396.887	6.489.542
	_	· ,		Adiantamentos de clientes - produção médica	14	19.744.146	17.021.557
Total do ativo circulante		16.256.622	20.459.730	Obrigações tributárias	15	5.162.980	6.780.157
				Obrigações tributárias - Parcelamentos	16	19.173.562	5.034.874
				Receitas diferidas	-	150.000	150.000
				Outras contas a pagar	-	80.565	74.380
NÃO CIRCULANTE							
				Total do passivo circulante		92.647.448	65.376.185
Moratória Pró-SUS	7	-	49.018.910				
Bloqueios judiciais	8	973.343	1.165.835	NÃO CIRCULANTE			
Antecipação de aluguel	-	=	42.500				
Investimentos	9	29.802.970	21.321.671	Empréstimos e financiamentos	11	47.125.226	30.193.544
Imobilizado	10	19.243.224	20.292.435	Fornecedores	17	11.975.708	4.368.370
	_			Acordos com fornecedores	12	604.234	1.453.667
Total do ativo não circulante		50.019.537	91.841.351	Receitas diferidas	-	875.000	875.000
				Provisão de contingências	18	4.384.713	1.003.041
				Obrigações tributárias - Parcelamentos	16	60.544.187	26.679.624
				Tributos Pró-SUS (moratória)	7		49.018.910
				Total do passivo não circulante		125.509.068	113.592.156
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
				Patrimonio social	-	17.153.825	17.153.825
				Reservas de reavaliação	-	10.209.882	10.209.882
				Reserva de moratória - Pró SUS	7	-	49.018.910
				Déficits acumulados		(179.244.064)	(143.049.877)
				Total do patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)		(151.880.357)	(66.667.260)
TOTAL DO ATIVO		66.276.159	112.301.081	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		66.276.159	112.301.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	19	104.560.921	92.556.407
Custo dos serviços prestados	20	(99.052.985)	(75.532.409)
RESULTADO BRUTO		5.507.936	17.023.998
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas Outras (despesas) e receitas operacionias, líquidas	21 22	(39.913.238) 16.608.288	(15.317.611) 10.591.010
		(23.304.950)	(4.726.601)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(17.797.014)	12.297.397
Despesas financeiras Receitas financeiras	23 24	(18.669.309) 272.136	(13.723.695) 2.441.173
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(36.194.187)	1.014.875
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em reais)

	2021	2020
(Déficit) / Superávit liquido do exercicio	(36.194.187)	1.014.875
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Total de resultados abrangentes do exercicio	(36.194.187)	1.014.875
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Reserva de moratória - Pró SUS	Déficits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	17.153.825	10.209.882	49.018.910	(144.064.752)	(67.682.135)
Resultado do exercício				1.014.875	1.014.875
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	17.153.825	10.209.882	49.018.910	(143.049.877)	(66.667.260)
Resultado do exercício			(49.018.910)	(36.194.187)	(85.213.097)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	17.153.825	10.209.882	<u> </u>	(179.244.064)	(151.880.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(36.194.187)	1.014.875
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações	1.944.546	1.774.525
Valor residual do ativo imobilizado baixado	3.211.119	76.768
	(31.038.522)	2.866.168
(Aumento) diminuição dos ativos:		
Clientes	585.979	(2.577.930)
Estoques	269.824	(1.768.569)
Adiantamentos	(274.119)	35.444
Depósitos judiciais - não circulante	192.492	866.840
Antecipação de aluguel	42.500	-
Impostos a recuperar	(55.820)	(31.750)
Aumento (diminuição) dos passivos:		
Fornecedores - circulante	5.091.673	(159.440)
Acordos com fornecedores	(842.084)	(247.173)
Honorários médicos	(61.424)	(3.382.736)
Obrigações tributárias	(1.617.177)	(8.971.650)
Obrigações tributárias - Parcelamentos - circulante	14.138.688	5.034.874
Obrigações sociais	907.345	516.164
Adiantamento de clientes	2.722.589	5.961.064
Outras contas a pagar	6.185	5.058
Acordos com fornecedores - não circulante	(849.433)	175.066
Provisão de contingências - não circulante	3.381.672	101.041
Obrigações tributárias - Parcelamentos - não circulante	33.864.563	965.838
Receitas diferidas	-	1.025.000
Fornecedores - não circulante	7.607.338	(1.347.665)
	65.110.791	(3.800.524)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDOS) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	34.072.269	(934.356)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	(8.481.299)	-
Adições de bens do ativo imobilizado	(4.106.454)	(1.929.411)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.587.753)	(1.929.411)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Emprestimos e financiamentos - circulante	6.925.468	2.717.907
Emprestimos e financiamentos - não circulante	16.931.682	5.813.085
Reserva de moratória - Pró SUS	(49.018.910)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(25.161.760)	8.530.992
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	(3.677.244)	5.667.225
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do período	6.424.650	757.425
No fim do período	2.747.406	6.424.650
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.677.244)	5.667.225



REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas é uma sociedade civil fundada em 20 de julho de 1873, de fins não econômicos, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal respectivamente pelo Decreto Federal de 08/10/1996; Lei Estadual nº 4.402, de 27/11/1957; e Lei Municipal nº 1.971, de 23/12/1958.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a lei 11.638/2007, 11.941/2009 e suas respectivas alterações, o pronunciamento técnico PME — contabilidade para pequenas e médias empresas e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos, as Resoluções CFC nº 1.159/09 e nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 — Entidades sem fins lucrativos

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.



3.3. RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. ATIVOS CIRCULANTES

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Entidade revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente. Também são reconhecidos como Estimativa para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD), valores vencidos a mais de 360 dias cujos processos de cobrança foram efetuados e a Administração, em conjunto com a controladoria, entendem que não serão realizados por meio de recebimento.

c. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio ponderado.

A administração efetua inventários físicos, por meio de contagens periódicas para que seja possível a mensuração da quantidade e valorização adequada.

3.5. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens.

3.6. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.7. PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável.



3.8. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.9. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- <u>Atividades operacionais:</u> são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- <u>Atividades de investimentos:</u> são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento.
- <u>Atividades de financiamentos:</u> são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	47.238	35.642
Bancos	892.866	4.748.340
Aplicação financeira	1.707.302	1.540.668
Títulos de capitalização	100.000	100.000
	2.747.406	6.424.650

Em 2020 houve uma operação de empréstimos junto ao Banco Daycoval no valor de R\$ 4.040.000. Esse saldo ficou em conta bancária no final do exercício de 2020 e foi parcialmente consumido em 2021.



5. CLIENTES

	2021	2020
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	5.573.192	5.375.242
Sistema Único de Saúde - SUS	2.344.484	2.969.839
Convênios a receber	1.857.013	2.017.423
Outros créditos	310.134	369.648
Aluguéis	34.750	33.423
Cheques devolvidos	24.444	24.444
(-) Provisão para perda sobre crédito	(639.643)	(699.666)
	9.504.374	10.090.353

A variação no saldo de contas a receber está atrelado ao incremento no faturamento dos atendimentos hospitalares do mês de dezembro de 2020 quando comparado com o mesmo período do ano anterior relacionados ao plano de saúde da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência combinado com o aumento na taxa de remuneração dos serviços que passou de R\$ 59,38 para R\$ 64,10 representando assim um reajuste de 8,92%

6. ESTOQUES

	2021	2020
Materiais e medicamentos	2.822.034	3.152.993
Outros estoques	347.872	394.126
Gêneros alimentícios	230.959	123.570
	3.400.865	3.670.689

7. MORATÓRIA PRÓ-SUS

Em 24 de outubro de 2013 foi expedida a lei nº 12.873, que entre outros assuntos, dispõe sobre o programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde. "PRÓ-SUS". Uma das principais finalidades do programa é promover a recuperação de créditos tributários e não tributários devidos à União e terá duração de 15 anos.

A Administração da Entidade aderiu ao programa PRÓ-SUS e passou a ter como benefício, a partir de 2015, a remissão dos tributos em atraso, no mesmo montante dos tributos correntes pagos.



Conforme o item 4.8 do pronunciamento contábil - CPC 00 – conceitual básico, "o benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade". Assim, a Administração reconheceu como ativo não circulante, em contrapartida com o patrimônio líquido "Reserva de moratória – PRÓ SUS", o montante de R\$49.018.910, que compreendem o total de tributos federais inclusos no programa PRÓ-SUS, que poderão ser liquidados automaticamente, sem desembolso de recursos, com a remissão dos passivos instituídos pelo programa.

Em suma, a liquidação dos tributos que estavam vencidos, seriam liquidados na mesma proporção dos tributos correntes pagos, consolidados anualmente. A realização dos benefícios econômicos futuros, ocorreriam conforme pagamentos dos tributos correntes, em contrapartida com a rubrica de "Reserva de moratória – PRÓ SUS".

Em 05 de julho de 2018, conforme a Portaria 1.010 do Ministério da Saúde, Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS).

Embora tenha efetuado a adesão ao PRÓ-SUS, a Administração da Entidade avalia como essencial a obtenção das Certidões Negativas de Débitos, por vários motivos, entre eles a manutenção de relacionamentos comerciais com SUS, outros convênios médicos e instituições financeiras. Inclusive a obtenção das certidões foi essencial para a participação em diversas licitações.

Por esse motivo, a Administração aderiu a Portaria nº 21.562 de 30 de setembro de 2020, editada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). Esta portaria instituiu um programa de retomada fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União, que promove entre outros benefícios, o parcelamento com desconto da dívida.

Desta forma a Entidade conseguiria realizar o parcelamento da dívida tributária que estava envolvida no PRÓ-SUS, e em contrapartida obter as Certidões Negativas, aproveitando os benefícios de desconto fiscal promovidos pela Portaria supracitada.

Em 2021 a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, com o parcelamento dos tributos anteriores a 2014, conseguiu a emissão da Certidão Negativa de Débitos, no âmbito da Receita Federal e Previdência Social.

Além das regularizações tributárias, a Real Sociedade conseguiu pagar mais de 400 títulos protestados, obtendo assim as certidões de negativas de protestos dos 03 cartórios de Campinas.

Ainda, considerando as regularizações tributárias, através da PORTARIA № 1.267, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021, recebeu o deferimento, Sub Judice, a Concessão do CEBAS.

A consolidação abaixo datada de 16/04/2021 foi parcelada em 72 meses.



Em 16 e 21 de abril de 2021, a Entidade obteve a consolidação da dívida tributária perante a PGFN, conforme quadros abaixo:



A consolidação abaixo data de 21/04/2021 foi parcelada em 48 meses.





8. BLOQUEIOS JUDICIAIS

	2021	2020
Valores bloqueados judicialmente (-) Provisão para perda	1.173.300 (199.957)	2.146.447 (980.612)
	973.343	1.165.835

Refere-se a bloqueios judiciais para processos de esfera trabalhista e cível, que estão em tramite e aguardam decisão judicial.

9. INVESTIMENTOS

	2021	2020
	25,000,000	46 500 000
Investimentos em outras sociedades	26.000.000	16.500.000
Imóveis destinados a renda com aluguéis	3.802.970	4.821.671
	29.802.970	21.321.671

<u>Investimentos em outras sociedades</u>

O investimento em outra sociedade está vinculado a decisão da entidade aportar recursos na Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência, a fim de contribuir para cumprimento da obrigação regulatória da Agência Nacional de Saúde Complementar — ANS e Lei 9.656/98 no que tange a constituição da margem de solvência.

O referido investimento foi aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade.

O estatuto social da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência no seu art. 42 determina que a referida entidade não distribuirá resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, por essa razão não foi contabilizado nenhum resultado de equivalência patrimonial.

As administrações de ambas as entidades estão avaliando as alternativas para que o referido investimento retorne para a Entidade.

Imóveis destinados a renda

Os imóveis destinados a renda com aluguéis geraram uma renda anual de R\$ 335 mil em 2021 e 286 mil em 2020.



10. IMOBILIZADO

			-		Líquido
Descrição	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	2021	2020
Edifício social	4%	15.650.071	(9.482.979)	6.167.092	6.792.344
Reavaliação edifício social	4%	13.519.428	(6.489.326)	7.030.102	7.570.880
Aparelhos médicos e instrumentais	10%	5.321.060	(2.798.993)	2.522.067	595.837
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	4.572.914	(2.686.578)	1.886.336	2.096.308
Reavaliação de outros imóveis de uso	4%	1.052.356	(505.131)	547.225	824.789
Outros imóveis de uso	4%	844.508	(292.869)	551.639	840.089
Veículos	20%	250.903	(181.215)	69.688	72.480
Utensílios de copa e cozinha	10%	93.426	(83.953)	9.473	12.927
Equipamentos de informática	20%	1.141.796	(692.342)	449.454	124.863
Ferramentas e utensílios de manutenção	10%	41.184	(31.036)	10.148	11.918
Imobilizado em andamento		<u> </u>			1.350.000
	_	42.487.646	(23.244.422)	19.243.224	20.292.435

Mapa de movimentação do imobilizado

	2020			2021
Custos	Final	Adições	Baixas	Final
Edifício social	15.650.071	-	-	15.650.071
Reavaliação edifício social	13.519.428	-	-	13.519.428
Aparelhos médicos e instrum.	3.223.938	3.634.115	(1.536.993)	5.321.060
Móveis, utensílios e equipam.	4.593.868	61.829	(82.783)	4.572.914
Reav. de outros imóveis de uso	1.472.836	-	(420.480)	1.052.356
Outros imóveis de uso	1.387.981	-	(543.473)	844.508
Veículos	245.896	6.676	(1.669)	250.903
Utensílios de copa e cozinha	109.636		(16.210)	93.426
Equipamentos de informática	786.447	403.834	(48.485)	1.141.796
Ferramentas e utensílios de manut.	41.184	-	-	41.184
Imobilizado em andamento	1.350.000		(1.350.000)	_
Depreciação acumulada	42.381.285	4.106.454	(4.000.093)	42.487.646
Edifício social	(8.857.727)	(625.252)		(9.482.979)
Reavaliação edifício social	(5.948.548)	(540.778)		(6.489.326)
Aparelhos médicos e instrum.	(2.628.101)	(309.543)	138.651	(2.798.993)
Móveis, utensílios e equipam.	(2.497.560)	(264.602)	75.584	(2.686.578)
Reav. de outros imóveis de uso	(648.047)	(58.914)	201.830	(505.131)
Outros imóveis de uso	(547.892)	(61.910)	316.933	(292.869)
Veículos	(173.416)	(7.799)		(181.215)
Utensílios de copa e cozinha	(96.709)	(3.454)	16.210	(83.953)
Equipamentos de informática	(661.584)	(70.524)	39.766	(692.342)
Ferramentas e utensílios de manut.	(29.266)	(1.770)		(31.036)
	(22.088.850)	(1.944.546)	788.974	(23.244.422)
Imobilizado liquido	20.292.435	2.161.908	(3.211.119)	19.243.224



11. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Modalidade	Status	Encargos financeiros	2021	2020
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Novo	0,75% a 1,64% a.m.	27.106.034	-
Uniprime Cooperativa de Crédito	Capital de giro	Em vigor	0,49% a 2% a.m.	11.038.244	10.627.663
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	1,2% a.m.	9.168.204	15.941.018
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Em vigor	0,99% a 1,64% a.m.	6.439.205	10.885.181
Unicred do Estado de São Paulo	Capital de giro	Em vigor	0,49% a 1,18% a.m.	5.994.440	6.897.604
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	1,2% a.m.	4.436.692	7.142.824
Banco Pine	Capital de giro	Novo	0,79% a.m.	3.239.232	-
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Novo	0,53% a.m.	3.201.937	-
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Novo	0,88% a.m.	2.693.315	-
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	Novo	0,85% a.m.	2.460.922	
Banco Pine	Capital de giro	Novo	0,79% a.m.	2.155.408	-
Banco Sofisa S.A.	Capital de giro	Em vigor	0,8325% a.m.	1.274.515	1.760.947
Banco Pine	Capital de giro	Novo	0,75% a.m.	1.014.599	-
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	Em vigor	Acordo	-	103.302
	Juros a transcorrer			(5.519.617)	(2.512.559)
				74.703.130	50.845.980
			•		
				27.577.904	20.652.436
				47.125.226	30.193.544
			•		
				74.703.130	50.845.980
			· ·		

O incremento nas operações de empréstimos ocorreu para suportar as necessidades de caixa.

A rubrica de juros a transcorrer refere-se a parcela de juros que foi contabilizado nos respectivos empréstimos e que será apropriado ao resultado conforme a sua competência.

12. ACORDO COM FORNECEDORES

Representado por acordos realizados com fornecedores e prestadores de serviços médicos no montante de R\$277.597 no circulante e R\$604.234 no não circulante.



13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

2021	2020
4.101.980	3.184.748
1.813.668	1.852.048
482.138	49.844
596.028	310.560
160.515	4.730
156.726	72.948
59.200	915.489
21.447	97.302
5.185	1.873
7.396.887	6.489.542
	4.101.980 1.813.668 482.138 596.028 160.515 156.726 59.200 21.447 5.185

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PRODUÇÃO MÉDICA

Os valores em aberto a título de Adiantamento de clientes referem-se a valores pagos pela Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência ("ASPB" ou Plano de Saúde) e eles serão pagos ou compensados durante o próximo exercício social, por isso estão classificados no passivo circulante. O incremento da referida rubrica deve-se a novos adiantamentos efetuados durante o ano de 2021.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
ISSQN	2.846.397	2.827.383
INSS	1.326.016	1.411.670
IR Retido na Fonte	887.781	849.466
Taxa de lixo	63.354	664.632
PIS sobre folha	39.432	1.027.006
	5.162.980	6.780.157

As principais movimentações que ocorreram no ano estão relacionadas a retomada no recolhimento do IRRF e INSS sobre folha de pagamento.



16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

				2021			2020
Tributo	Status	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	Deferida e consolidada	5.211.514	12.418.058	17.629.572	4.131.741	668.339	4.800.080
IRRF/PIS/COFINS	Deferida e consolidada	696.365	4.932.588	5.628.953	439.410	3.661.260	4.100.670
PERT Previdenciário	Deferida e consolidada	5.208.164	23.463.739	28.671.903	429.740	3.129.580	3.559.320
ISS Terceiros	Em negociação	-	7.955.487	7.955.487	-	8.795.515	8.795.515
Ressarcimento SUS	Parcelamento ANS	6.999.700	2.666.568	9.666.268	33.983	7.672.043	7.706.026
PERT Previdenciário	Parcelamento	312.986	2.216.982	2.529.968	-	-	-
FGTS	Parcelamento	-	4.373.766	4.373.766	-	2.752.887	2.752.887
PERT II - PIS/IRRF	Parcelamento	478.027	2.250.193	2.728.220	-	-	-
IRRF	Parcelamento	266.806	266.806	533.612	-		
		19.173.562	60.544.187	79.717.749	5.034.874	26.679.624	31.714.498

17. FORNECEDORES – NÃO CIRCULANTE

	2021	2020
Honorários de serviços de assessoria empresarial e advocatícia (i)	7.933.333	-
Sanasa	4.042.375	4.362.275
Telefônica S.A.		6.095
	11.975.708	4.368.370

(i) Conforme nota explicativa nº 21, serviços prestados de assessoria para o parcelamento tributário.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u> </u>		2021
	Provável	Possível	Remoto
Trabalhista i) Cível ii)	2.941.297 1.443.416	759.020 1.834.000	- 11.554
	4.384.713	2.593.020	11.554
Provisão para contingência	4.384.713		



19. RECEITA LIQUIDA

	2021	2020
	76.074.705	50 500 555
Convênios	76.271.725	69.508.665
SUS - Sistema Único de Saúde	22.859.748	22.580.965
Convênio - Hospital Mario Gatti	5.017.003	-
Particular	476.147	466.777
(-) Glosas	(63.702)	
	104.560.921	92.556.407

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

<u> </u>	2021	2020
Honorários médicos	(33.654.210)	(24.886.979)
Salários, encargos e outros benefícios	(33.204.622)	(24.843.013)
Materiais e medicamentos	(22.447.670)	(16.578.312)
Prestadores de serviços hospitalares (limpeza, gases, imagem e outros)	(4.227.559)	(3.178.063)
FGTS	(3.362.052)	(1.104.552)
Lavanderia	(1.192.827)	(1.100.547)
Alimentação	(837.138)	(2.517.100)
Acordos e indenizações	(89.247)	(40.316)
Assistência médica	(37.660)	(1.283.527)
	(99.052.985)	(75.532.409)

O incremento dos custos da prestação de serviços médicos está atrelado ao maior número de atendidos durante o ano. O incremento de salários e encargos também ocorreu em virtude do maior número de contratações, especialmente para atendimento ao contrato de gestão com o Hospital Mario Gatti, conforme receita demonstrada na nota explicativa nº 18.



21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Honorários serviços técnicos (i)	(21.000.000)	(301.250)
Contingência (ii)	(3.751.975)	(929.159)
Conservação e limpeza	(3.105.317)	(3.133.928)
Manutenção e reparos	(2.779.927)	(2.909.121)
Serviços prestados	(2.159.434)	(1.196.237)
Água	(2.027.570)	(1.508.822)
Depreciação	(1.944.463)	(1.774.528)
Honorários advocatícios	(463.492)	(379.983)
Telefone	(438.600)	(152.672)
Copa e cozinha	(391.854)	(385.729)
Locação	(333.899)	(609.055)
Refeições	(287.170)	(274.210)
Condução	(230.292)	(125.820)
Outras despesas	(209.725)	(398.514)
Legais e trabalhistas	(195.809)	(288.125)
Material de escritório	(151.381)	(138.829)
IPTU	(123.837)	(16.192)
Glosas	(121.416)	(131.820)
Aluguel	(115.452)	-
Vigilância	(91.899)	(78.132)
Uniformes	(61.269)	(86.950)
Impostos e taxas	(33.507)	(15.378)
Combustíveis	(31.038)	(21.974)
Seguro	(27.087)	(150.410)
Correios	(22.034)	(49.504)
Associação de classe	(16.992)	(104.053)
Assistência religiosa	(14.595)	(14.492)
Honorários auditoria	(11.600)	(12.246)
Consumo	(9.053)	(4.930)
Eventos	(6.985)	(2.181)
Cursos e palestras	(5.242)	(500)
Viagem	(881)	(354)
Jornais e revistas	(766)	(696)
Fretes e carretos	(330)	(915)
Provisão para devedores duvidosos	-	(121.615)
Publicidade e propaganda	-	(1.079)
Taxas	-	(148.674)
Reversão de provisões	251.653	150.466
	(39.913.238)	(15.317.611)



(i) Conforme nota explicativa nº 07 — Moratória Pró-SUS, a Entidade realizou contrato com seis escritórios de assessoria empresarial e jurídica para apoiar na adesão ao parcelamento tributário, que anteriormente estava vinculado a moratória do Pró SUS. Os contratos foram firmados no montante de R\$21.000.000 que serão pagos em trinta e sete parcelas, sendo uma entrada (paga na assinatura do contrato) e mais trinta e seis parcelas, sendo a última com vencimento em abril de 2024.

Os contratos possuem valores distintos. Parte dos valores a pagar estão classificados na rubrica de Fornecedores no passivo circulante, e somam R\$6.016.330 e o restante no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 17, e somam R\$7.933.333.

(ii) Contingências de natureza cível, reconhecidas mediante apoio dos assessores jurídicos, que classificaram determinados processos como provável perda.

22. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS

	2021	2020
Contrato de uso da marca (i)	11.850.240	10.083.869
Gratuidade	7.776.820	5.730.045
Receita com gratuidade	7.570.594	349.733
Venda de ativo imobilizado	4.081.077	-
Doações	1.173.896	1.389.769
Receita com aluguel de imóveis	335.274	285.797
Glosas recuperadas	1.750	-
(-) Gratuidade	(7.776.820)	(5.730.045)
(-) Receita com gratuidade	(7.570.594)	(349.733)
(-) Ajuste de inventário	(316.306)	(4.242)
(-) Provisão para perda sobre adiantamentos a fornecedores	(239.286)	(172.738)
(-) Provisão para perda sobre bloqueios judiciais	(199.957)	(980.612)
(-) Alienação de ativos imobilizados	(78.400)	(10.833)
	16.608.288	10.591.010

22.1 GRATUIDADE

A Entidade está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, processo nº 025.413/66, deferido em sessão realizada em 06 de setembro de 1966, com renovação Sub Judice através da PORTARIA Nº 1.267, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021, a Concessão do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social ("CEBAS/Saúde").

(i) Valores cobrados da ASPB pela utilização da marca.



23. DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Juros s/ empréstimos bancários (i)	(6.505.922)	(5.493.774)
Ajustes para consolidação dos tributos parcelados (ii)	(5.012.722)	-
Juros e multa	(4.161.766)	(7.894.525)
Atualização Ressarcimento ao SUS	(1.960.242)	-
Comissões agenciamento de empréstimos	(638.714)	-
Descontos concedidos	(184.463)	(15.672)
Custas com cartório	(129.773)	(152.087)
Variação monetária	(43.127)	(3.021)
Despesas bancárias	(32.580)	(138.426)
Tarifas bancárias		(26.190)
	(18.669.309)	(13.723.695)

- (i) Aumento decorrente do incremento de empréstimos e financiamentos;
- (ii) Ajuste de juros sobre empréstimos, corroborando com as cartas de confirmação de saldos das instituições financeiras.

24. RECEITAS FINANCERIAS

2021	2020
120.736	34.100
116.886	2.394.325
34.514	12.748
272.136	2.441.173
	120.736 116.886 34.514

Em 2020 os valores contabilizados como Descontos obtidos referem-se a negociações realizadas com os seguintes fornecedores e instituições financeiras. Os principais valores podem ser assim resumidos: (i) Hemotech - Unidade de Hemodinâmica e Radiologia Vascular Ltda. no valor de R\$ 963.019; (ii) Unicardio - Unidade Cardiologica de Urgência e Metodos de Diagnosticos S/C Ltda. no valor de R\$ 688.488; (iii) Alternativa Serviços e Terceirização em Geral Ltda. no valor de R\$ 293.274; (iv) Bansicred no valor de R\$ 114.165; (v) Hospital Farma no valor de R\$ 122.222;



25. SEGUROS

A Administração da Entidade adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes, levando-se consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2021 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2021.

27. PLANO PARA RECUPERAÇÃO DA LUCRATIVIDADE DAS OPERAÇÕES

Embora a Entidade tenha sucessivos déficits, dificuldade financeira e expressiva redução do patrimônio líquido em função da baixa do Programa PRÓ-SUS, a Administração vem buscando promover internamente um programa de governança corporativa, que visa a redução de seus déficits e o aumento da sua liquidez financeira.

28. EFEITOS DO COVID - 19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países nos quais atuamos, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia-a-dia das pessoas.

A Entidade continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e até o momento não sofreu impacto material financeiro.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, eventos que devessem refletir em ajustes ou divulgação em notas explicativas.



30. RECURSOS PÚBLICOS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

30.1. – MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS A RECEBER DOS RECURSOS PÚBLICOS

	2021	2020
Saldo inicial	2.969.839	2.320.236
Receita reconhecida	22.859.748	22.580.965
Recebimentos	(23.485.103)	(21.931.362)
Saldo final	2.344.484	2.969.839
30.2 – ABERTURA DOS RECEBIMENTO DOS RECUROS PÚBLICOS	S POR CONVÊNIO	2020
SUS - Convênio 183/2016 - Termo aditivo 002/2020 Governo Federal Governo Municipal	15.897.420 4.536.000	14.660.208 4.536.000
SUS - Convênio 008/2020 - Teto MAC Covid 19 - Pandemia Governo Federal Governo Estadual	-	1.022.885 100.000
Recebimentos totais	20.433.420	20.319.093



30.3 – ABERTURA DOS RECEBIMENTO DOS RECUROS PÚBLICOS POR CONTRATOS

	2021	2020
SUS - Contrato Munícipio 088/2020 - Termo aditivo 170/2020 Governo Federal Governo Municipal	1.326.641	1.181.133
SUS - Contrato Munícipio 095/2020 - Termo aditivo 178/2020 Governo Federal	618.261	431.136
SUS - Contrato Munícipio 081/2021 Governo Federal	805.985	-
SUS - Contrato Munícipio 085/2021 Governo Federal Governo Municipal	300.796	<u> </u>
Recebimentos totais	3.051.683	1.612.269

31. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2022.

* * *

Claúdio Amatte Presidente em exercício

José Henrique M Lopes Diretor Financeiro

Valdirene de C Suzzio Siqueira Contadora CRC 1SP 192562/O-9